O “Modelo Militar” na política brasileira

Simon Schwartzman

(Projeto “Pensamento Político Brasileiro”, 1978)

Através de sua historia, militares sempre participaram da vida politica do pais, e buscaram, em geral, uma justificativa para isto. A tentativa de legitimar e definir o papel politico dos militares é o que constitui, para nosso efeito ; o "modelo militar", que é algo que varia no tempo.

Ê importante lembrar que, historicamente, as forças armadas brasileiras têm duas origens bem diferenciadas. A Marinha é, desde seu início, um corpo professional organizado em moldes ingleses, que vem para o Brasil de Portugal e termina aderindo ao novo Império. Ê uma corporação formada por uma elite aristocratizada, e uma força de trabalho pouco qualificada, recrutada e mantida, em geral, por meios bastante violentos . O Exército, por outro lado, é uma força territorial que se forma principalmente no contexto das guerras de fronteira no sul do país, onde se desenvolve uma civilização nômade em que os papeis políticos e militares raramente se diferenciam. O "caudilho" gaúcho é o embrião das forças de terra brasileiras, quando mais não seja pelo fato de que só no Sul, e nesta região desde os inicios da Colônia, o Brasil se confronta com um inimigo externo potencial.

As relações entre estas duas bases de poder militar - uma territorial e periférica, outra marítima e central -não seriam, evidentemente, pacificas. A historia do sul brasileiro é uma historia de constantes rebeliões e lutas armadas, que terminam por levar à criação de uma força territorial mais centralizada e profissional , ainda que recrutando sua liderança mais ativa da sociedade caudilhesca do sul. A resistência das elites políticas do país à criação de um Exército nacional que incorporasse setores substantivos da população é conhecida, durante o período imperial. O que se pretende, nesta época, é a organização de um Exército profissional isolado, dependente das ordens do executivo; ao mesmo tempo, cria-se a Guarda Nacional . como forma de organização da população civil de maneira tal que ela pudesse, em casos de emergência, fortalecer o Exército - mas também colocar limites a sua expansão.

A evolução do Exército brasileiro durante o século XIX é marcada, principalmente, por dois eventos: as "pacificações" das secessões regionais ao final do período da Regência, e a Guerra do Paraguai. Da guerra do Paraguai o Exército sai como uma instituição crescida, dotada de recursos significativos. e com uma capacidade de influencia politica, através de Caxias, que as forças armadas não haviam tido até então. O fim da guerra leva à redução de seus recursos, às tentativas de fazer voltar os militares à posições subalternas a um conflito renovado entre lideranças civis e militares. A "questão militar" do Império coloca, pela primeira vez possivelmente, o confronto entre os centros de decisão politica do pais e problemas de "honra militar", definida de forma corporativa. Ainda que não seja a única, esta é uma das causas mais imediatas da queda do Império, com a qual se inaugura também, na história do Brasil, a participação da hierarquia militar na politica nacional enquanto corporação.

O Exército que emerge com a Republica ê um Exército desorganizado, de competência profissional duvidosa, de recrutamento voluntário ou por "enganche", uma forma de compulsoriedade que trazia para suas fileiras grupos socialmente marginais e resistentes, ou passivos, ao serviço militar. No entanto, é este também o Exército que assume a responsabilidade pela República, e nesta posição granjeia o apoio de setores urbanos das grandes cidades que vêm nele a defesa contra o monarquismo ainda poderoso. É desta época a formação de batalhões voluntários de defesa do regime republicano "Municipal", "Tiradentes", "Benjamim Constant" - que, apoiados pela oficialidade militar, se organizam rapidamente entre estudantes e empregados das cidades, para serem, pouco depois, desmobilizados quando o primeiro período de mobilização militar, o Florianismo, deixa de existir.

A questão milita no início do século consiste, essencialmente, no esforço do eExército em se tornar uma corporação militar mais eficiente, com vínculos maiores com a população, e politicamente mais ativa, e a resistência da liderança civil a um crescimento da corporação nacional A Campanha Civilista visa conter as forças armadas em seus limites, tanto de atuação política quan.to de crescimento e reorganização como corporação. Do lado militar, já se divisa a formação de uma oficialidade jovem que vê no crescimento da corporação e sua vinculação com setores populacionais significativos das grandes cidades uma forma de resistência à oligarquia.

É a partir deste momento que se coloca uma polaridade que levaria a um aumento progressivo da participação militar, como corporação, na vida política nacional . A resistência civilista ao militarismo é essencialmente conservadora, temerosa da mobilização popular e da sua organização através das forças armadas . O Exército, por sua parte, incorpora os ideais europeus de se constituir uma "Nação em Armas", um corpo armado fortemente vinculado ao povo, que lhe desse um contexto de participação e de onde extraísse sua força. Mais do que uma força eventual para efeitos de guerra externa, o Exército começa a se atribuir funções de integração nacional, de educação do povo, de auxílio e proteção aos índios, de construção de estradas -é o Exército trabalhando pela Defesa Nacional.

Esta nova concepção do Exército e seu papel social termina se identificando com o movimento pela participação brasileira na Primeira Guerra, ao lado da França. a modelo francês de um "povo em armas" é trazido ao Brasil, e a causa do militarismo soe identifica, cada vez mais, com as causas liberais . É neste contexto que é estabelecido o serviço militar obrigatório, que os tiros de guerra" se expandem e consolidam pelo país, que Olavo Bilac utiliza sua retórica em prol da identidade povo- Exército, e que é criada a Liga de Defesa Nacional, em 1915.

A identificação romântica entre povo e Exército contribui sem dúvida para o fortalecimento da corporação, mas não elimina suas dificuldades internas, os conflitos entre gerações, o radicalismo da jovem oficialidade. Ela provê, no entanto, a justificação para a intensa politização de seus quadros, que, a partir da década de 20, vêm na atividade política uma extensão natural de sua vida e formação na corporação militar . É este o contexto ideológico do tenentismo, que marcará a vida política do Brasil a partir da década de 20 .

Os limites de mobilização do tenentismo estão dados, historicamente , pelos próprios limites do Estado Novo, ao qual os tenetes vieram a servir. Ê claro que continuaram a existir bolsões mais radicais que se manifestam pela última vez na revolta de 1935. A partir daí a identificação com o povo deixa de ser importante, e cede lugar à

identificação com o Estado . No período de Vargas, e mais tarde com a política da Guerra Fria, a "Defesa Nacional" não será mais buscada pelo "povo em armas", como queria Bilac, mas pelo estado militarizado através de sistemas justificados pelas ideologias de segurança nacional.

Assim como a guerra do Paraguai ajudou a formar a corporação militar, e a primeira grande guerra permitiu o serviço militar compulsório, a guerra fria do período de "após-guerra permitiu a expansão progressiva dos conceitos de segurança nacional, legitimando assim uma intervenção e um controle cada vez mais intenso da vida civil pela vida militar.

Referências

A principal referência para os primeiros 20 anos do período republicano é o trabalho manuscrito de Paul Manor, *Military Call and Popular Responses in Brazil, 1889-1918* (Jerusalém, 1977). As referências abaixo toram retiradas deste texto.

Andrade, Euclines e Cammara, Hely: *A Força Pública de São Paulo*. São Paulo, 1934.

Barreto, Emygio Dantas: *Conspirações*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917.

Bilac, Olavo -*A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional , 1917 (reeditado em 1965 pela Biblioteca do Exército)

Brasil, Jose de Assis , Gritos Patrióticos. São Paulo, Ed. Van-ordem (?), 1911.

Caldas, Honorato: *A Explosão da Escola Militar e as Tradições d'O Paiz*. Rio, Comp. Lyto-Typographica, 1905.

Cidade, Francisco Trindade: *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira.* Rio de Janeiro, tipografia G. Cordeiro de Farias, 1959

Couto, Miguel: O Ideal da Paz e a Defesa Nacional . Rio de Janeiro,"Ao Luzeiro", 1915 .

Freire, Felisberto. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio, Ed. Aldina, 189.

Lima, José Alexandre Barbosa, *Documentos Parlamentares*. Paris-Bruxelles, Edition d'Art, 1913, vários volumes.

Lopes. Theodorico e Torres, Gentil. *Ministros da Guerra no Brasil*. Rio de Janeiro, 3a. edição, 1949.

Maul, Carlos: *Os Grandes Problemas Nacionais*. Rio de Janeiro, DIP, 1942.

Oliveira, Xavier: O Exército e o Sertão. Bahia, 1920.

Partido Monarquista do Brasil*: A Década Republicana*. Rio, Companhia Typographica do Brasil, 1900, 5 volumes.

Raposo. Trajano: "História do Clube Militar", *Revista do Clube Militar do Rio de Janeiro*, 26 de junho de 1937.

Romero, Silvio, *Provocações e Debates*. Porto, Livraria Chardron 1912.

Torres, Alberto : *Vers la Paix*. Rio de Janeiro, 1915. (2a edição, 1927).

Werneck, Américo: *Erros e Vícios da Organização Republicana*. Petrópolis, 1893.